

sucede-se o cafezal do colono, à base das leva de imigrantes: no último quartel do século, entram no Brasil mais de 800.000 trabalhadores europeus. Trabalhadores livres que, pela presença, tão simplesmente, anunciam a liquidação do escravismo, um dos esteios da economia colonial, uma de suas características fundamentais.

A divisão mundial do trabalho fixara para o Brasil a posição de exportador de artigos primários. Exportação e importação, nas condições em que aquela divisão mundial subordinara o Brasil, funcionavam como em estruturas avançadas funcionam o investimento e a poupança, segundo a economia clássica considera os conceitos. Nesse caso, é da exportação que depende a renda nacional e esta, por sua vez, destina-se, em considerável parcela, à importação. A poupança doméstica é mínima e cresce muito lentamente, assumindo a importação destacado papel. No caso brasileiro, assim, verifica-se claramente o problema: a importação é reforçada por empréstimos externos, que se iniciam com a autonomia; mais adiante, com investimentos externos, que se pretendem substituidores da fraca poupança interna. No fim de contas, essas relações definem uma economia dependente estruturada sobre uma base colonial.

Encerrada a vigência dos acordos com a Inglaterra e, portanto, a fase de total liberalismo, o Governo podia buscar maiores recursos orçamentários nas taxas alfandegárias. Até essa data, 1844, a desproteção era absoluta, e a nova tarifa exclusivamente fiscal.<sup>28</sup> A dependência brasileira ficava definida na concentração dos fatores de produção em produtos primários destinados a mercados externos, na absoluta necessidade de importação de manufaturados, e na tendência, sempre acentuada, à política de empréstimos para saldar contas comerciais externas oriundas dos *déficits* na balança de trocas, e de acolhimento amplo a investimentos externos cobertos de amplas garantias. A concentração das exportações define a estrutura débil da produção brasileira, em que o café tinha destaque, com mais de 50% do total em valor, a partir do início da segunda metade do século; cerca de

<sup>28</sup> "A tarifa Alves Branco, que inaugurava uma nova política, encerrando a fase dita liberal, foi duramente combatida no exterior, e motivou inclusive represálias. Seria revista, em 1857, por Souza Franco, e sofreria sucessivas reformas: em 1860, com Silva Ferraz; em 1874, com o Visconde do Rio Branco; em 1880, com Afonso Celso; em 1881, com Saraiva; em 1877, com Belisário de Souza; em 1888, com João Alfredo; em 1890, com Rui Barbosa; em 1897, com Bernardino de Campos. Predominou em todas elas, ora mais, ora menos, o sentido fiscal. A arrecadação aduaneira constituía a base do sistema tributário, representando mais da metade da receita pública". (Nelson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 255).